

## CONTRIBUTOS DA ANIMAR PARA A GARANTIA PARA A INFÂNCIA

### COMENTÁRIO GLOBAL

No âmbito da sua missão, a **ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local**, através da dinamização de atividades em Rede, tem levado a cabo um conjunto de grupos de trabalho, constituídos por técnicos/as e entidades com vasta experiência em diferentes domínios. A este propósito, e face ao desafio lançado pelo CNES para apresentação de contributos e propostas no âmbito da prossecução dos objetivos estratégicos da Garantia para a Infância, **destacamos alguns dos resultados do trabalho levado a cabo pelo grupo dedicado à temática “Educação, Cidadania e Igualdade”**.

O contexto de pandemia, demonstrou-nos a **urgência e a necessidade de “ativar” a participação das comunidades em contexto educativo**. Os contextos educativos são espaços dinâmicos de vivências que produzem aprendizagens, são espaços de questionamento e concretização de “sonhos” na superação de problemas, adversidades e obstáculos, são espaços, que ao serem participados por quem os habita, sem discriminações, valorizando a diversidade e garantindo a igualdade de oportunidades e de “ser”, contribuem, para que as nossas comunidades sejam locais com um sentimento de pertença e de proteção promotor do desenvolvimento local.

A participação é um princípio de planeamento preponderante na análise de problemas e de levantamento de oportunidades, e um princípio influente da ação na construção de respostas às necessidades e na concretização de “sonhos” coletivos. É na dimensão do “sonho” coletivo e com as mãos na terra, que a Animar se tem assumido como uma Rede de Redes, uma rede de aprendizagens entre pares, uma rede de inovação experimentada, uma rede de investigação académica e “popular”, enfim, uma rede de promoção da participação e colaboração nas suas diferentes expressões para comunidades mais justas, solidárias e sustentáveis.

Naturalmente e com base nesta missão, **o contexto educativo e as comunidades educativas, surgem como espaços de ação e os pilares estruturantes da mudança e transformação social**. Se num passado recente, a participação e a mobilização coletiva em Portugal resultaram em mudanças significativas face ao paradigma do desenvolvimento do país, **urge agora que sejam criadas condições para que a participação e mobilização coletiva não se encontrem apenas enquanto memória**.

Assim, e reconhecendo o potencial do contexto educativo para a promoção de uma educação, inclusiva, de qualidade e equidade, partilhamos resumidamente algumas iniciativas, considerações e recomendações da Animar, que poderão ser inspiradoras para uma reflexão mais aprofundada para a Garantia para a Infância, além dos domínios elencados na Recomendação (UE) 2021/1004 DO CONSELHO de 14 de junho de 2021 relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância.

No que respeita ao plano de ação, para além dos aspetos elencados, sugere-se:

- a criação de um Conselho Consultivo, conforme previsto no Envolvimento Social;
- a exemplificação da tipologia de atividades previstas em cada medida;
- a produção de relatórios intercalares de monitorização e avaliação (âmbito regional/local);

## EDUCAÇÃO E PANDEMIA COVID-19

Tendo presente os impactos da pandemia, em abril de 2020, a ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local [propôs o reforço de medidas de apoio para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade psicossocial e económica](#), cujas propostas poderão também contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos da Garantia para a Infância.

Em julho de 2020, realizámos uma videoconferência denominada **“Reinventar os Processos Educativos depois da Pandemia”**, que contou com contributos muito relevantes de várias partes interessadas na temática em discussão: educadores/as e professores/as dos mais diversos níveis de ensino, de investigadores/as, representantes de organizações de pais, de entidades da sociedade civil (Associações, Organizações Não Governamentais, Cooperativas, entre outras) e de pessoas individuais com interesse na matéria. Decorrente do enriquecedor debate criado nesta iniciativa, deu-se continuidade ao mesmo no dia 27 de julho, com o objetivo de se refletir em mudanças que se consideram necessárias no sistema de ensino em Portugal. A este propósito destacam-se as intervenções do [Professor Carlos Neto](#) e do [Professor Adelino Calado](#), e cujos resultados poderão ser consultados [aqui](#).

Em setembro de 2020, inspirados na nossa experiência do [Roteiro Cidadania Portugal](#), criámos um Roteiro de Educação no âmbito da campanha “Agir pelo Desenvolvimento Local”, que contempla um [Manual de Apoio à Dinamização - recursos lúdico-pedagógicos sobre desenvolvimento local para crianças e agentes educativos](#) e um conjunto de [Materiais Lúdico-Pedagógicos sobre Desenvolvimento Local](#), para trabalhar com crianças dos 8 aos 12 anos.

Em fevereiro de 2021, decorrente dos processos de reflexão do grupo de trabalho, foi lançado o [Caderno Temático Ativar a Participação das Comunidades em Contexto Educativo](#), no âmbito do qual são apresentadas reflexões de vários/as especialistas neste domínio, assim como ilustradas práticas promotoras de processos participativos levadas a cabo por entidades da Rede Animar – Coolabora, ICE, escolas e agrupamentos de escolas de vários municípios – Fundão, Marinha grande, Mortágua, Miranda do Corvo, entre outras.

## REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando:

- A Escola é considerada um dos principais espaços de promoção de inclusão social e de igualdade: é através da Escola que crianças e jovens em situação de vulnerabilidade têm acesso a atividades culturais e recreativas e a outros contextos de interação que de outra forma normalmente não teriam;
- A Escola é um dos principais “radares” de sinalização de situações de negligência e violência familiar e é também neste espaço que muitas crianças e jovens têm acesso às principais refeições diárias;
- A Escola é um espaço de transmissão de segurança física e emocional e de bem-estar para crianças e jovens, com profissionais de diversas áreas que estão atentos/as às suas necessidades e são determinantes para o seu desenvolvimento integral;
- As crianças em idade pré-escolar (3 aos 6 anos), não são alunos/as, não têm acesso, sozinhas, aos meios tecnológicos e poucos são adequados à sua faixa etária. Além disso, as crianças com necessidades educativas especiais não estão a ter acesso aos apoios essenciais para o seu desenvolvimento;
- A falta de apoio na relação escola-família aumenta o risco de insucesso e abandono escolar junto daqueles que já partem de uma situação desigual devido ao seu contexto socioeconómico;
- A existência de agentes educativos – encarregados/as de educação, professores/as e educadores/as de infância - que apresentam dificuldades na utilização de ferramentas digitais para a aprendizagem escolar e que necessitam de apoio a este nível;
- A existência de escolas desatualizadas ao nível das novas tecnologias com equipamentos obsoletos e redes informáticas inexistentes;

- O acesso à tecnologia, nomeadamente a computadores e à internet, não abrange todas as famílias e territórios, deixando muitas crianças e jovens numa situação de desigualdade e de vulnerabilidade acrescidas;

- Uma situação de quarentena e isolamento social contribui para o aumento da ansiedade e do stress em contexto familiar, comprometendo a saúde mental e o agravamento de casos já existentes. A vivência destas situações tende a gerar ambientes de risco, com crianças e jovens expostos a formas de violência mais frequentes e intensas;

De modo a que todas as de crianças e jovens, em particular aqueles que estão numa situação de maior vulnerabilidade, social e económica - crianças e jovens em risco, minorias étnicas, imigrantes, crianças com necessidades educativas especiais - continuem a ter presente no seu dia-a-dia um apoio socioeducativo que contribua para o seu bem-estar físico, psicológico e socio emocional, a ANIMAR e a sua rede de organizações associadas apresentaram uma tomada de posição em abril de 2020, no âmbito da qual manifestaram a sua disponibilidade para dialogar e cooperar com o Estado, os municípios e outros organismos locais, bem como com Diretores de Escolas, Agrupamentos Escolares e Associações de Pais, no sentido do reforço de medidas de apoio para o grupo alvo aqui em discussão.

**Apresentamos um conjunto de propostas e reflexões a ter em consideração no âmbito da prossecução dos objetivos estratégicos da Garantia para a Infância, nomeadamente:**

- Criação de **medidas locais de promoção da educação para a cidadania e para os direitos humanos**, assente em valores de solidariedade comunitária e equidade e de prevenção de contextos de exclusão na sua envolvente, envolvendo as entidades de economia social das mais diferentes áreas de intervenção, através do estabelecimento de protocolos de cooperação;

- **Promoção do diálogo e cooperação das escolas com as entidades de economia social** de diferentes áreas de intervenção, na resolução dos problemas locais;

- **Promoção de mercados de trocas na comunidade escolar**, no sentido de trabalhar a dimensão da economia circular, envolvendo entidades da economia social de diferentes áreas de intervenção;

- **Criação de projetos educativos**, em parceria com entidades da economia social de diferentes áreas de intervenção, **para sensibilizar para a prática do voluntariado das crianças e jovens**;

- **Reforço do papel fundamental da escola na sensibilização para a criação e valorização de hábitos de participação, intervenção cívica e ligação às questões concretas de cada território**, nomeadamente através das assembleias de escola, assembleias de crianças e da disciplina de cidadania e desenvolvimento;

- **Criação de espaços de experimentação e de aprendizagem prática da cidadania nas escolas** através de processos educativos que considerem a educação para a cidadania como parte do processo de aprendizagem cidadã e não como um mero conteúdo curricular.

- **Reforço da importância da articulação dos projetos educativos das escolas com estratégias e agendas nacionais e/ou Internacionais**;

- **Ativação, por parte dos municípios, em articulação com as entidades que intervêm localmente**, tais como as Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Associações Locais, os Agrupamentos de Escolas, as Escolas TEIP, as Juntas de Freguesia, movimento associativo, entre os quais as Associações de Emigrantes e as Associações Ciganas, entre outras, de equipas de intervenção social multidisciplinar que estruturam e coordenam respostas diferenciadas, de acordo com as necessidades;

- **Criação de uma linha telefónica, por município, que centralize a identificação de casos de crianças e jovens com necessidade de apoio** a diversos níveis, articulando com as respostas existentes no território;

- **Articulação entre os diferentes serviços no sentido de assegurar um contacto regular e facilitado com as vítimas e agregados/as das crianças e jovens sinalizados**, reforçando mecanismos de acompanhamento e de respostas de emergência a estas famílias;


- **Alocação de profissionais das AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular, dos CAF – Centros de Apoio à Família, das AAAF - Atividades de Animação e de Apoio à Família, para mentoria de aprendizagem, junto de famílias**

**sinalizadas**, coordenada pelos organismos responsáveis pedagogicamente e em articulação com as Escolas, Diretores/as de Turma e Professores/as Titulares;

- **Mobilização de redes informais de apoio local**, que vão para além do digital, p.e., paróquia, escuteiros, grupos/associações de jovens, jovens universitários voluntários, entre outros, que consigam, territorialmente, oferecer soluções adaptadas a crianças e jovens que se encontrem em situações de vulnerabilidade psicossocial;
- **Desenvolvimento de um sistema de mentoria de aprendizagem que permita uma intervenção de proximidade e um acompanhamento de famílias e alunos/as em risco de uma forma sistémica** que seja focada no desenvolvimento e na aprendizagem;
- **Diversificação de conteúdos digitais de suporte à aprendizagem com recursos diferenciados**, produzidos no âmbito de projetos de escola, associativos, autarquias, etc., privilegiando a partilha de trabalhos e a experiência vivida pelas crianças e famílias;
- **Divulgação de boas práticas que já estejam a ser implementadas nos territórios** e que possam servir de inspiração para uma disseminação pelo território nacional;
- **Apoio às famílias dotando-as de conhecimentos para um acompanhamento escolar mais eficaz** às crianças e jovens e definição de um conjunto de apoios a professores/as e educadores/as de infância na aprendizagem de modalidades de trabalho educativo distintas das mais tradicionais;
- **Acompanhamento escolar individualizado de crianças em situação familiar de risco** nas escolas de referência, atualmente abertas para filhos/as de profissionais de saúde e forças de segurança e que garantem o apoio alimentar a crianças do escalão A e B;
- **Democratização do acesso à tecnologia, assegurando a qualidade de sinal e disponibilizando equipamentos informáticos** (computadores, tablets) a quem não tenha acesso e internet gratuita aos agregados familiares que não tenham possibilidade de pagar o serviço, nomeadamente em parceria com empresas no âmbito da sua responsabilidade social;
- **Articulação entre as entidades sociais que prestam o serviço de entrega de refeições ao domicílio e as Escolas e municípios**, no sentido de abrangerem agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica;
- **Reativação das bibliotecas itinerantes** para promover a leitura junto das crianças e jovens, em alternativa à internet;

28 de dezembro de 2021

**ANIMAR**  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
A Direção

  
\_\_\_\_\_  
(Marco Domingues, Presidente da Direção)